



## PROJETO DE LEI N.º 113/2013

**Súmula: Dispõe sobre fiscalização popular de obras, no âmbito do Município de Campo Largo.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:**

**Art. 1º** - Fica garantido ao cidadão, a fiscalização popular das obras públicas.

§ 1º - Considera-se obra pública, toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação realizada por execução direta ou indireta.

§ 2º - Para o pleno exercício da fiscalização e acompanhamento da execução de obras públicas, o munícipe terá acesso às informações nos termos do que dispõe esta Lei, em acordo com a Lei Federal nº 12.527 de 2011.

**Art. 2º** - A Administração Pública, direta ou indireta, fundacional, autárquica e empresa privada executora de obras e de prestação de serviço público, devem garantir o acesso de todo e qualquer munícipe às informações, de forma a possibilitar o amplo conhecimento dos meios físicos, materiais e econômicos aplicados na execução da obra ou serviço público, tomando as medidas necessárias para disponibilizá-las prontamente.

§ 1º - A comunicação deve ser feita de forma clara e em linguagem de fácil entendimento à população em geral;

§ 2º - Para ter acesso às informações de que trata esta Lei, basta o protocolo de requerimento na sede do órgão, empresa pública ou privada executora ou prestadora de serviço, independente de pagamento de taxa.

7



**Art. 3º** - Aprovada a licitação, toda obra pública deve ser acompanhada da constituição de uma comissão composta por membros da comunidade ou localidade afetada pela obra, para fiscalização, a qual receberá integral apoio da Administração Pública e da executora ou prestadora de serviço privada.

Parágrafo Único. A comissão de que trata o caput deste artigo, deverá ter no mínimo três e no máximo sete representantes da comunidade, eleitos pelos seus pares, em reuniões públicas, previamente convocadas e divulgadas pela prefeitura que se responsabilizará pela supervisão da eleição.

**Art. 4º** - As informações de que trata o artigo anterior, terá forma de Boletim Informativo, ou de resposta a requerimento específico, que o órgão, empresa pública ou particular executora fará publicar periodicamente, a pedido dos munícipes, ou da Comissão de que trata o artigo 3º desta Lei.

§ 1º - No início da obra pública, o Boletim Informativo conterá:

- I - Origem do empenho de verba;
- II - Valor do contrato;
- III - Decomposição do custo da obra ou do serviço público, por item, de modo a permitir o entendimento e o conhecimento dos custos unitários utilizados, inclusive os trabalhistas;
- IV - Cronograma com etapas de duração da obra ou serviço; e
- V - Horário de execução da obra ou serviço público.

§ 2º - Durante a execução da obra pública, a executora emitirá Boletim Informativo indicando:

- I - Etapas concluídas e seus custos;
- II - Padrão de qualidade dos serviços e materiais aplicados;
- III - Eventuais consultas públicas.

§ 3º - Ao final da execução da obra, a executora emitirá Boletim Informativo contendo:

2





I - Custos finais da obra ou serviço;

II - Proposta exigida para manutenção ou conservação da obra ou serviço;

III - Prazo em que a obra ou serviço permanecerá sob responsabilidade e garantia da executora ou prestadora de serviços.

§ 4º - O Boletim Informativo deverá ser afixado em equipamento público próximo, além de disponibilizado amplamente na internet, através dos portais públicos do Município.

§ 5º - As dúvidas quanto às informações constantes do Boletim Informativo serão sanadas pelo órgão, empresa pública ou privada, mediante requerimento simples de qualquer cidadão.

§ 6º - O prazo para emissão do Boletim Informativo e para respostas às dúvidas será de cinco dias úteis.

**Art. 5º** - Para as obras públicas que por sua natureza venham a interferir ou modificar a estrutura física, visual, arquitetônica e ambiental do local de abrangência do contrato, o Poder Público fará realizar, por seu órgão ou unidade gerenciadora, audiência pública, para a apresentação dos trabalhos a serem realizados, convocando a população afetada pela obra.

**Art. 6º** - O não cumprimento do disposto nesta norma legal implicará na responsabilização civil do infrator, cabendo a aplicação das sanções previstas.

**Parágrafo Único.** A empresa executora de obra ou serviço público municipal que descumprir o disposto nesta Lei ficará sujeita a multa a ser definida pelo Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**Art. 7º** - O acompanhamento das obras realizadas em unidades da rede municipal de ensino deverá ser realizado pela Associação de Pais e Mestres da Escola da respectiva unidade, nos termos previstos nesta Lei.

§ 1º - A qualquer momento o Associação de Pais e Mestres terá livre acesso ao local onde estiver sendo realizada a obra ou prestado o serviço.

2



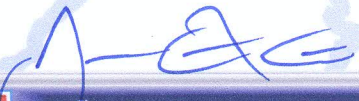

§ 2º - Observando qualquer irregularidade na realização da obra ou na execução do serviço, a Associação de Pais e Mestres oficiará o Secretário Municipal de Educação.

§ 3º - O Secretário Municipal de Educação terá, no máximo, 20 dias úteis para responder ao que for oficiado pela Associação de Pais e Mestres.

**Art. 9º** - O Poder Executivo regulamentará esta Lei em até 90 dias a contar da data de publicação.

**Art. 10º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal Campo Largo, 31 de outubro de 2013.

BATEIAS

CAMPO LARGO

SEDE

FERRARIA

2145/13  
JS.

31/10/13